



# **Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete**

## **ESTADO DE MINAS GERAIS**

1

### **PROJETO DE LEI Nº 017/2016**

### **REVOGA A LEI 5.571, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O povo do Município de Conselheiro Lafaiete, por seus representantes, decretou:

Art. 1º – Fica revogada a Lei 5.571, de 18 de dezembro de 2013, que “Regulamenta o pagamento do décimo terceiro salário aos agentes políticos do Município de Conselheiro Lafaiete, com base nos artigos 7º, inciso VIII, e 39, §3º, da Constituição da República Federativa do Brasil e dá outras providências.”

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, 08 DE ABRIL DE 2016.

  
VEREADOR JOSÉ RICARDO SÍRIO

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---



# **Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete**

## **ESTADO DE MINAS GERAIS**

2

### **JUSTIFICATIVA**

A proposição em questão tem por finalidade revogar a Lei 5.571, de 18 de dezembro de 2013, que "Regulamenta o pagamento do décimo terceiro salário aos agentes políticos do Município de Conselheiro Lafaiete, com base nos artigos 7, inciso VIII, e 39, §3º, da Constituição da República Federativa do Brasil e dá outras providências", uma vez que estamos diante de uma crise econômica e a necessidade de se adequar à uma nova visão política.

Não é a primeira vez que acontece uma proposta para economia do dinheiro público, nesta Casa Legislativa, em 2009, o Vereador José Ricardo Sírío (Zezé do Salão) foi um dos autores do Projeto que propôs a extinção da verba indenizatória dos gabinetes que na época era de R\$ 3.000,00 (três mil reais) para cada Vereador ou seja, ACABOU, NÃO EXISTE MAIS a verba indenizatória.

Por todo o exposto, pedimos o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste Projeto de Lei.

SALA DAS SESSÕES, 08 DE ABRIL DE 2016.

  
VEREADOR JOSÉ RICARDO SÍRIO

---

---

---

---

---

---

---

---

---





**Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

**ANTE PROJETO DE LEI Nº 17/2016**


**REVOGA A LEI 5.571, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013 E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O povo do Município de Conselheiro Lafaiete, por seus representantes decretou:

Art. 1º – Fica revogada a Lei 5.571, de 18 de dezembro de 2013 que “Regulamenta o pagamento do décimo terceiro salário aos agentes políticos do Município de Conselheiro Lafaiete, com base nos artigos 7º, inciso VIII, e 39, §3º, da Constituição da República Federativa do Brasil e dá outras providências.”

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, 08 DE ABRIL DE 2016.

  
Vereador José Ricardo Sório  
(Zezé do Salão)

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete-16  
-12-Abr-2016-13:48-018872-1/2



# **Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete**

## **ESTADO DE MINAS GERAIS**


### **JUSTIFICATIVA**

A proposição em questão tem por finalidade revogar a Lei 5.571, de 18 de dezembro de 2013 que "Regulamenta o pagamento do décimo terceiro salário aos agentes políticos do Município de Conselheiro Lafaiete, com base nos artigos 7º, inciso VIII, e 39, §3º, da Constituição da República Federativa do Brasil e dá outras providências", uma vez que estamos diante de uma crise econômica e a necessidade de se adequar a uma nova visão política.

Não é a primeira vez que acontece uma proposta para economia do dinheiro público, nesta Casa Legislativa, em 2009 o Vereador José Ricardo Sírío (Zezé do Salão) foi um dos autores do projeto que propôs a extinção da verba indenizatória dos gabinetes dos vereadores que na época era de R\$ 3.000,00 (três mil reais) para cada vereador, ou seja, ACABOU, NÃO EXISTE MAIS a verba indenizatória.

Por todo o exposto, pedimos o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste projeto de lei.

SALA DAS SESSÕES, 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

  
Vereador José Ricardo Sírío  
(Zezé do Salão)

---

---

---

---

---

---

---

---

---